

O PINIÃO SOCIALISTA

O JORNAL DO PSTU
ANO X - Edição 247
R\$ 2 - DE 8 A 14/2/2006



NEM LULA, NEM SERRA!

POR UMA FRENTE DE ESQUERDA, CLASSISTA, SOCIALISTA E DE LUTA!

PÁGINAS 3, 6 E 7



SENADO APROVA ALUGUEL
DA AMAZÔNIA

PÁGINA 5



IMPERIALISMO ESTÁ COLECIONANDO
DERROTAS NO ORIENTE MÉDIO

CORREIO INTERNACIONAL



CONLUTAS PREPARA OS PRÓXIMOS
PASSOS PARA A REALIZAÇÃO DO CONAT

PÁGINA 12

■ **"ÉTICOS"** FHC fez duras críticas ao PT em entrevista à IstoÉ. Disse que "a ética do PT é roubar". Os petistas indignaram-se e entraram com ação na Justiça. É o sujo falando do mal lavado...

PÁGINA DOIS

■ **GENIAL** O presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB), propôs cotas por partido para garantir o quórum mínimo nas sessões de segundas e sextas. Mas nem ele mesmo compareceu.

ASSASSINO PEDE "JUSTIÇA"

Nesta quarta, dia 8, o Tribunal de Justiça de São Paulo irá julgar o apelo do coronel Ubiratan Guimarães para anular sua condenação a 632 anos de prisão pelos assassinatos de 102 detentos no Carandiru, em 1992. Comandante da PM, Ubiratan dirigiu o massacre. Após a sentença,

em junho de 2001, o assassino elegeu-se deputado pelo PTB, o que lhe garante apelar a um órgão especial do TJ. Se já fosse pouco a fato de estar solto, é possível que, desta vez, ele se safie. O julgamento será no Palácio da Justiça, na Praça da Sé, e várias entidades estão organizando protestos.

PÉROLA

"Sem dinheiro, não há democracia"



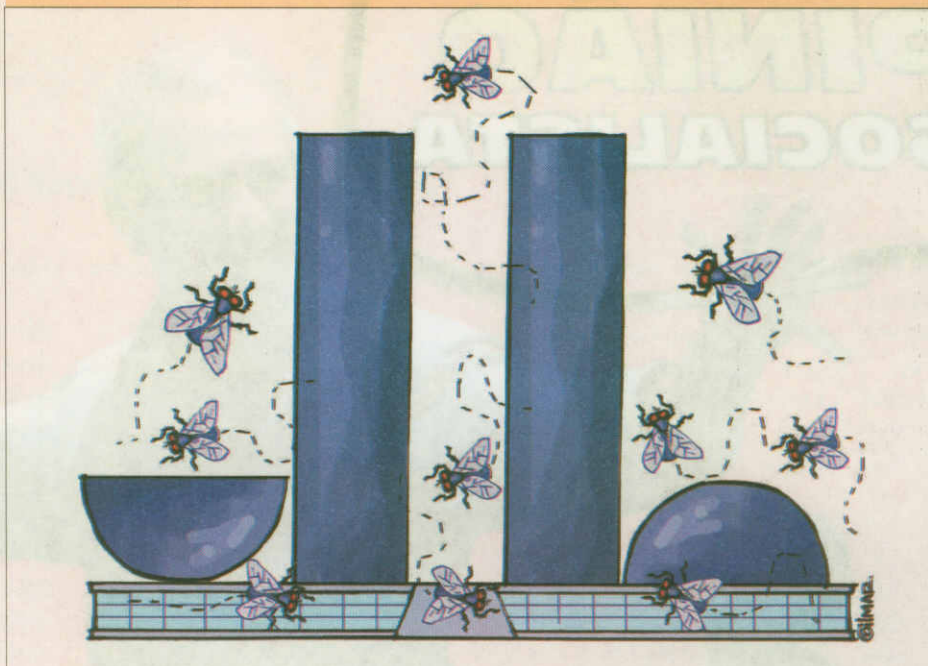
ROBERTO JEFFERSON,
ex-deputado que denunciou o mensalão, propondo a legalização do caixa 2 (Revista Carta Capital, 8/2)

FESTA A PREÇO DE MENSALÃO

No dia 13, o PT irá comemorar 26 anos com um jantar digno de seu atual perfil. O valor para estar na mesma sala de Lula é R\$ 200, quase o mesmo do miserável salário mínimo que ele estabeleceu. Os que quiserem ficar mais próximos pagarão R\$ 500, R\$ 1 mil, R\$

2 mil ou R\$ 5 mil. Numa demonstração de que o partido não tem mais nada a ver com os trabalhadores, Paulo Ferreira, secretário de Finanças, afirmou: "Quem quiser participar contribui de acordo com suas possibilidades, dentro das cinco faixas de preços".

CHARGE / GILMAR



REPRESSÃO NOS ESTÁDIOS

Desde o começo do ano, a torcida "Ultras Resistência Coral", do Ferroviário, do Ceará, vem sendo perseguida pela administração do estádio Presidente Vargas. A torcida leva para o estádio a faixa: "Nem guerra entre torcidas, nem paz entre classes", que, no dia 22 de janeiro, foi rasgada pela polícia com um punhal, na parte onde havia uma foice e um martelo. O comandante da Tropa de Choque disse que "não permitirá mais referências ao comunismo". A torcida aglutina torcedores que combatem a idéia de que os trabalhadores e o povo pobre em geral deva brigar entre si por causa de preferências futebolísticas. Solidariedade: geocities.yahoo.com.br/resistenciacoral

WWW.FERRAO.COM.BR



OS CUSTOS DA OCUPAÇÃO...

Para além de todas as barbaridades já noticiadas, a manutenção das tropas brasileiras no Haiti já custou aos cofres públicos R\$ 297 milhões, mais do que o governo investiu no ano passado em agricultura, por exemplo. Enquanto isso, os haitianos não viram nenhum centavo da ajuda "humanitária" prometida pelos países ricos. Em suma: para fazer "médica" com o imperialismo, Lula está sacrificando tanto brasileiros como haitianos.

... E O "PACIFISMO" DE GABEIRA

O deputado Fernando Gabeira, atualmente no Haiti para acompanhar as eleições que irão ocorrer no dia 6, mesmo afirmando com alguma indignação que o custo da operação corresponde a quatro vezes o que foi aplicado na segurança do Rio de Janeiro, defendeu enfaticamente a manutenção da ocupação. O argumento é absurdo: "Se é difícil a decisão de enviar tropas para o exterior, mais difícil ainda é decidir pela retirada".



ASSINE O OPINIÃO SOCIALISTA SEMANAL

assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

NOME: _____

CPF: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ UF: _____ CEP: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

☐ DESEJO RECEBER INFORMAÇÕES DO PSTU EM MEU E-MAIL

MENSAL COM RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA

☐ MÍNIMO (R\$ 12) ☐ SOLIDÁRIA (R\$ 15)

FORMA DE PAGAMENTO

☐ DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA:

☐ BB ☐ NOSSA CAIXA ☐ BANRISUL ☐ BESC

☐ BANESPA ☐ CEF AG. _____ CONTA _____

OPERAÇÃO (SOMENTE CEF) _____

TRIMESTRAL **SEMESTRAL** **ANUAL**

☐ (R\$ 36) ☐ (R\$ 72) ☐ (R\$ 144)

☐ SOLIDÁRIA: ☐ SOLIDÁRIA: ☐ SOLIDÁRIA:

R\$ _____ R\$ _____ R\$ _____

FORMA DE PAGAMENTO

☐ CHEQUE *

☐ CARTÃO VISA Nº _____ VAL. _____

☐ DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA:

☐ BB ☐ NOSSA CAIXA ☐ BANRISUL ☐ BESC

☐ BANESPA ☐ CEF AG. _____ CONTA _____

OPERAÇÃO (SOMENTE CEF) _____

☐ BOLETO

Envie cheque nominal ao PSTU no valor da assinatura para Rua Humaitá, 476 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01321-010 - Fax: (11) 3105-6316

CONLUTAS PROMOVE SEMINÁRIO AGRÁRIO EM MINAS GERAIS

A Conlutas de Minas Gerais, conforme aprovado em seu II Encontro Estadual, irá promover um Seminário Agrário, nos dias 11 e 12 de fevereiro. O objetivo é promover a integração dos trabalhadores do campo e da cidade, tão necessária para estreitar os laços de solidariedade, fortalecendo assim a organização e a luta da classe trabalhadora. Na atividade, os trabalhadores urbanos poderão conhecer como vivem, os problemas e os métodos de luta dos trabalhadores sem-terra.

A programação será dividida em duas partes: uma mais teórica, com a análise da conjuntura geral e agrária, e uma prática, com visitas a um acampamento e dois assentamentos coordenados pelo

MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), onde se poderá conhecer projetos de auto-sustentação e a realidade dos acampados.

O seminário será na Universidade Federal de Uberlândia, que solidariamente vai ceder o espaço para palestras e alojamento. Assim, as despesas dos participantes serão somente para alimentação e infra-estrutura, com taxa de R\$ 30. As inscrições devem ser feitas preferencialmente nos endereços eletrônicos da comissão responsável pela organização do seminário: lauraju@terra.com.br; fsdmg@pib.com.br; juan@mtl.org.br.

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO COMPLETA NO PORTAL DO PSTU



EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA

é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguená e Valério Arcary EDITOR Eduardo Almeida Neto JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555) REDAÇÃO Diego Cruz, Jefferson Choma, Larissa Moraes, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes PROJETO GRÁFICO E CAPA Gustavo Sixel DIAGRAMAÇÃO Gustavo Sixel e Mônica Biasi REVISÃO Maria Lucia Bierrenbach IMPRESSÃO Gráfica Lance (11) 3856-1356 ASSINATURAS (11) 3105-6316 assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas

CORRESPONDÊNCIA

Rua Humaitá, 476 - Bela Vista - São Paulo - SP CEP 01321-010
Fax: (11) 3105-6316 e-mail: opiniao@pstu.org.br

ERRAMOS

No Opinião Socialista Nº 246 houve um erro de edição na coluna "Nota pública do PSTU". A nota se referia ao acordo feito por Sirley Gonçalves, ex-dirigente do partido em Jacareí, com a patronal. No lugar de "ex-companheira Sirley", leia-se "ex-companheiro".

Em nosso boletim nacional, por um erro, a seguinte frase saiu publicada: "Sabemos que os problemas do país vão se resolver eleitoralmente". Faltou o "não". Para nós, só a luta muda a vida.

PSTU.ORG.BR

JUVENTUDE

Estudantes fazem protestos contra novos aumentos de passagens

As dificuldades de Lula para aprovar a reforma Universitária

CONTRA A OPRRESSÃO

Coretta King, a morte de uma pacifista negra

SEDE NACIONAL

Rua Humaitá, 476
Bela Vista - São Paulo (SP)
CEP 01321-010 - (11) 3105-6316
www.pstu.org.br
www.litci.org

psu@psu.org.br
opinio@psu.org.br
assinaturas@psu.org.br
sindical@psu.org.br
juventude@psu.org.br
lutamulher@psu.org.br
gayslesb@psu.org.br
racaeclasse@psu.org.br
livraria@psu.org.br
internacional@psu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua A-41, Quadra B5, 258
Bairro Graciliano Ramos - Maceió - AL
(82) 9903.1709 (81) 9101.5404
maceio@psu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013
- Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499
macapa@psu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823,
Centro (92) 234-7093
manaus@psu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R. Fonte do Gravatá, 36,
Nazaré (71) 321-3632
salvador@psu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA - Rua C, Quadra
C, 27 - Morada do Bem Querer - Candeias
www.pstu.org.br/conquista

CEARÁ

FORTALEZA fortaleza@psu.org.br
CENTRO - Av. Carapinima, 1700,
Benfica (82) 254-4727
www.pstuportaleza.org
MARACANAÚ - Rua 1, 229 -
Conjunto Jereissati 1

JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre
Cicero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul -
CONIC - Edifício Venâncio V, sala 506.
Asa Sul - Brasília - DF
brasil@psu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - vitoria@psu.org.br

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro,
nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4
(Esquina com Av. Independência)
(62) 9244-9090 goiania@psu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saolu@psu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165,
Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@psu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE bh@psu.org.br
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 -
Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 -
Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@psu.org.br
UBERABA - R. Tristão de Castro, 127 -
(34) 3312-5629 - uberaba@psu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM belem@psu.org.br
Tv. do Vileta, 2.519 - (91) 226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1
(91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna,
147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320,
s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto,
391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopessoa@psu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sl. 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroador, 20/1º andar,
Boa Vista (81) 3222-2549
recife@psu.org.br

PIAUI

TERESINA - Rua Quintino
Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO rio@psu.org.br
(21) 2232-9458

LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras,
66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco,
633 / 308 - Centro. niteroi@psu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62
- Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos,
45 - Centro. novaiguacu@psu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411
sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ.)

SUL FLUMINENSE
sulfluminense@psu.org.br

BARRA MANSA - Rua Dr. Abelardo de
Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112

VALENÇA - Pça Visc. do Rio Preto,
362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA
Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301
Bairro Atarrado

NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@psu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carilho,
70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16
Centro Comercial do Panatís II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE portoalegre@psu.org.br
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3286-3607 / 3024-3486 /
3024-3409

ZONA NORTE - Av. Baltazar de Oliveira
Garcia, 2669 Sala 205 (Esquina com
Manoel Elias) - (51) 3024-3419

BAGÉ - (53) 241-7718

CAXIAS DO SUL - (54) 9999-0002

GRAVATAI - Av. Dorival Cândido

Luz de Oliveira, 6330 - Parada 63 -

(ao lado do Snek Beer)

PASSO FUNDO - (54) 9982-0004

PELOTAS - (53) 9126-7673

pelotas@psu.org.br

RIO GRANDE - (53) 9977-0097

SANTA MARIA - (55) 8116-2932,
santamaria@psu.org.br

SÃO LEOPOLDO - Rua João Neves da

Fontoura, 864, Centro, 591-0415

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos,

104, Centro (48) 225-6831

floripa@psu.org.br

CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299,

Bairro Universitário

SÃO PAULO

SÃO PAULO saopaulo@psu.org.br

CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248

- São Bento (11) 3313-5604

ZONA NORTE - Rua Rodolfo Bardela, 183

V. Brasilândia (11) 3925-8696

ZONA LESTE - R. Eduardo Prim

Pedroso de Melo, 18 (próximo

à Pça. do Forró) - São Miguel

ZONA SUL Santo Amaro - Av. João

Dias, 1.500 - piso superior

BAURUR - Rua Antonio Alves nº6-62 -

Centro - (14) 227-0215

bauru@psu.org.br

www.pstubauro.ig.com.br

CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786

(19) 3235-2867

campinas@psu.org.br

CAMPOS DO JORDÃO - Av. Frei Orestes

Girard, 371, sala 6 - Bairro Abernética

(12) 3664-2998

GUARULHOS@psu.org.br

Av. Esperança, 705 casa 2

Vila Progresso (11) 6441-0253

Av. João Veloso, 200 - Cumbica

(11) 3436-8887

JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386 - Centro

(12) 3953-6122

LORENA - Pça Mal Mallet, 23/1 - Centro

MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro

Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630

www.pstu.org.br/altotiete

RIBEIRÃO PRETO

Rua Paraíso, 1011, Térreo -

Vila Tibério (16) 3637-7242

ribeiraopreto@psu.org.br

SANTO ANDRÉ - Rua Oliveira Lima, 279

sala 5 - 2º andar

SÃO BERNARDO DO CAMPO -

R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro

(11) 4339.7186

saobernardo@psu.org.br

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

sjc@psu.org.br

VILA MARIA - R. Mário Galvão, 189

(12) 3941.2845

ZONA SUL - Rua Brumado, 169 -

Vale do Sol

SOROCABA - Rua Prof. Maria de

Almeida, 498 - Vila Carvalho

(15) 3211.1767

sorocaba@psu.org.br

SUMARÉ - Av. Principal, 571 - Jd. Picemo I

SUZANO suzano@psu.org.br

TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos,

142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco

José da Fonseca, 1538-b

Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530

aracaju@psu.org.br

UMA PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR

A maioria absoluta das instituições do país, desde os partidos majoritários até as TVs e igrejas, está buscando canalizar as insatisfações acumuladas no ano passado nas eleições. A verdade é que estão conseguindo. Já se impõe hoje nos locais de trabalho, estudo e moradia a discussão sobre as eleições de outubro. Assim as grandes farsas das eleições começam a serem montadas.

O governo Lula, por exemplo, está fazendo de tudo para recompor sua base eleitoral, inclusive tentando aparecer com uma cara nova. A aplicação do mesmo plano econômico neoliberal de FHC agora está sendo maquiada com o disfarce do reajuste do salário mínimo para R\$ 350, e a extensão do Bolsa-Família. Assim, o Lula tão festejado pelos banqueiros quer se travestir de "Lula dos pobres".

Existe, porém, uma farsa ainda maior, se é que isso é possível. Lula vai aparecer como um defensor da "soberania do país", por ter pago antecipadamente US\$ 15 bilhões ao FMI.

Este será um argumento importante para a disputa da consciência de trabalhadores e jovens. Muitos ativistas honestos nesse momento se perguntarão se não é o caso de apolar novamente o PT, para "evitar a volta da direita".

Uma pergunta não quer calar: poderia ser feita a esses ativistas, e, se bem respondida, ajudaria a clarificar a discussão: qual é a opinião de Bush sobre Lula?

Isso tem uma enorme importância, porque se trata inegavelmente do governo mais odiado em todo o mundo, por todos os que lutam contra o imperialismo e a opressão. Aonde quer que Bush vá, em qualquer país do mundo, vai acabar encontrando alguma mobilização contra ele.

Inegavelmente, qualquer pessoa concordaria que Bush é um inimigo de todos os que se disponham a defender a soberania de seus países. Não temos acordo com o governo de Chávez, por aplicar um plano neoliberal em seu país, mas temos que reconhecer que preserva certa soberania da Venezuela em relação a Bush, recusando-se a fazer tudo o que o governo dos EUA quer. Vejam a atitude de Bush em relação a

LULA TEM total respaldo de Bush. Tanto é que seus secretários, como Condoleezza Rice, Snow, estiveram no Brasil durante a crise para dar o apoio de Bush a Lula

Chávez, e a diferença de sua atitude com Lula.

O governo Lula tem total respaldo de Bush. Tanto é que sua secretária de Estado, Condoleezza Rice, como John Snow, secretário do Tesouro, estiveram no Brasil durante a crise de 2005, para expressarem o apoio de Bush a Lula. O próprio Bush já falou sobre a importância de Lula para a "estabilidade da América Latina".

Isso acontece porque Lula não defende em nada a soberania brasileira. Ao contrário, é um fiel aplicador no

Brasil de todas as ordens do imperialismo, a começar pelo governo dos EUA. A invasão militar do Haiti é somente a mais evidente submissão do governo petista. Lula consegue ser ouvido em terrenos em que Bush teria dificuldades, e por isso tem um enorme valor para os EUA.

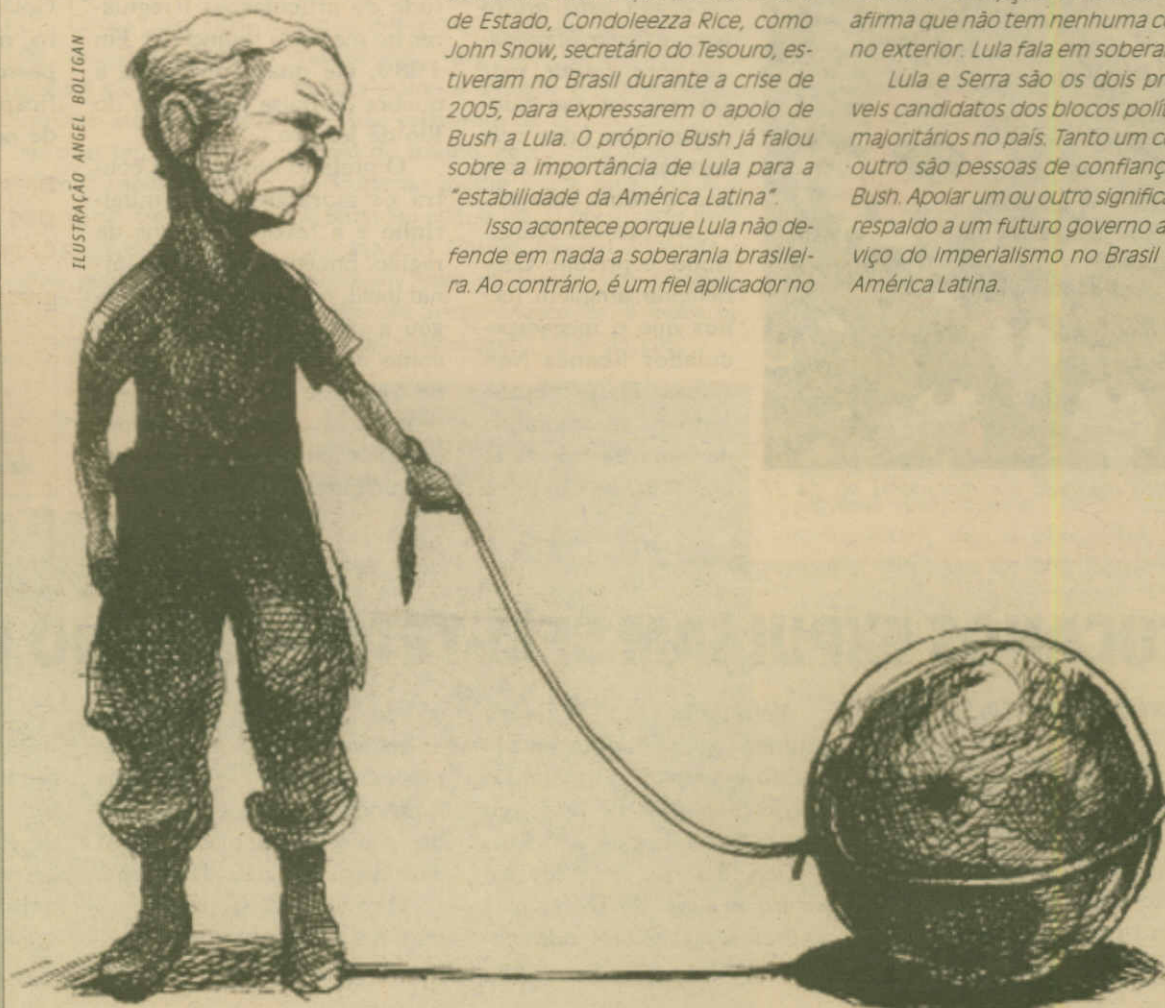
Pagar antecipadamente a dívida com o FMI, não significa uma atitude de soberania como seria deixar de pagar. É como se alguém estivesse se vangloriando por não ter sido roubado, porque antes que o ladrão apontasse uma arma, ele já tinha entregado tudo ao bandido. Assim ele não foi roubado, só entregou seu dinheiro ao bandido.

Lula pagou antes, e não deveria ter pago, uma dívida muitas vezes já paga. Pagou antes, e para isso desviou US\$ 15 bilhões dos investimentos em saúde e educação dos brasileiros.

Pagar antes tampouco significa deixar de aceitar todas as imposições do FMI. Ao contrário, o governo impôs um superávit fiscal ainda maior (4,8%) que os 4,25% acertados com o Fundo. Mais uma vez a farsa: o aluno diz todo presunçoso que não precisa da presença do inspetor de disciplina, porque fica duas horas de joelhos em cima do milho e não "só" uma hora, por uma falta que não cometeu.

A farsa da "soberania" defendida por Lula é mais um dos tram-biques de que é feita a política no Brasil. Collor venceu as eleições em 89 como o "caçador de marajás", contra a corrupção. Maluf até hoje afirma que não tem nenhuma conta no exterior. Lula fala em soberania.

Lula e Serra são os dois prováveis candidatos dos blocos políticos majoritários no país. Tanto um como outro são pessoas de confiança de Bush. Apolar um ou outro significa um respaldo a um futuro governo a serviço do imperialismo no Brasil e na América Latina.



PREFEITO GANHA LIMINAR PARA DERRUBAR BARRACOS

MORADORES PROMETEM resistir, enquanto os advogados do movimento tentam derrubar a liminar

JOCILENE CHAGAS, de São José dos Campos (SP) e LARISSA MORAIS, da redação

O governo do PSDB em São José dos Campos, com o apoio do governo de São Paulo, prepara uma grande ofensiva contra os sem-teto do Pinheirinho. A ocupação abriga cerca de 7 mil pessoas e completará dois anos no dia 26.

No dia 30 de janeiro, a prefeitura conseguiu uma liminar autorizando a derrubada de casas e barracos erguidos naquela área. O juiz ressalta, entretanto, que as pessoas podem ficar no local, mesmo com os barracos no chão. A Polícia Militar não estaria autorizada a retirar os moradores. Uma tremenda ironia com as dezenas de famílias que não têm onde morar.

O prefeito Eduardo Cury, porém, não parou nas ameaças. Já começou uma verdadeira operação de guerra com a ajuda da PM, com reuniões e acusações infundadas.

A polícia chegou a falar em cobrança de pedágio por parte

das lideranças do movimento. Uma grande mentira que visa ocultar os interesses por trás da desocupação, que também ficaram claros com as tentativas de usar a mídia para jogar a população contra os moradores.

"Houve denúncias de um suposto ex-morador. Não deram o nome e nem mostraram a pessoa, deixando claro a intenção da emissora de TV de desmoralizar o movimento", criticou um dos líderes do movimento, Valdir Martins, o "Marrom".

RESISTÊNCIA

Sem ter para onde ir, os moradores já se mobilizam para resistir. Além das medidas jurídicas encaminhadas pelos advogados do movimento, os sem-teto realizam assembleias permanentes. Uma passeata com cerca de 2 mil pessoas, no dia 31, demonstrou a garra e a disposição das famílias.

As ameaças do prefeito tucano Eduardo Cury não intimidam os sem-teto. "Vamos resistir até a morte, daqui ninguém nos tira", disse Juracy dos Reis, trabalhador autônomo.

O auxiliar de serviços gerais Wilson Figueira é da mesma opinião. Segundo ele, "o clima está muito tenso e tenho dificuldades para dormir, mas isso não vai me desanimar. Vou lutar pelo barraco que ergui com suor e muito esforço".

No caso do Pinheirinho, o prefeito Cury defende ninguém menos que o megaespeculador libanês Naji Nahas. Ele é proprietário da massa falida da empresa Selecta e, por isso, se diz dono



Vista aérea da ocupação do Pinheirinho

da área do acampamento.

Antes da ocupação, contudo, o terreno de 1,3 milhão de metros quadrados estava abandonado havia décadas.

Só em impostos, Naji Nahas deve cerca de R\$ 6 milhões, valor que possibilitaria à prefeitura fazer a desapropriação da área em favor dos sem-teto. O termo técnico e jurídico disso é "adjudicação". O prefeito poderia mover essa ação facilmente, mas ele não quer ajudar o povo pobre da cidade.

Nahas está proibido de entrar em muitos países e foi condenado a pagar uma multa de R\$ 10,2 bilhões em virtude de articulações irregulares no mercado financeiro. Em 1989, ele quase provocou a quebra da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O prefeito tucano está contra os moradores do Pinheirinho e a favor dos ricos da região. Em entrevista a um jornal local, em janeiro, Cury eleger a ocupação dos sem-teto como o problema mais grave de São José dos Campos – o desemprego, o caos na saúde, o déficit habitacional, etc., seriam "menos importantes".

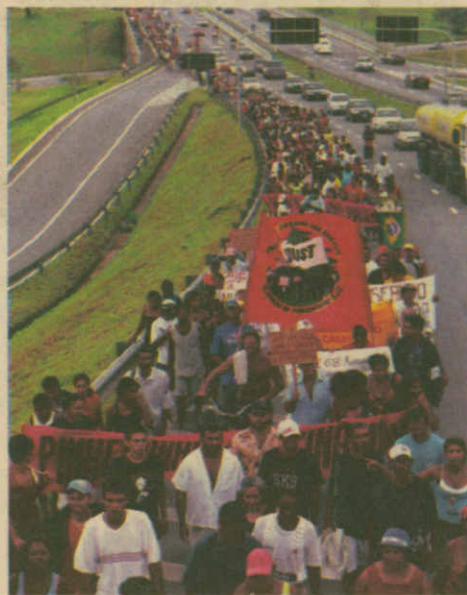
Os advogados do movimento tentam derrubar a liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo há vários dias. Esta semana, uma comissão criada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ligado ao Ministério da Justiça, visitará o Pinheirinho. Essa comissão deve negociar com a prefeitura os direitos dos sem-teto. Enquanto isso, mais protestos devem ser realizados.

Neste momento é fundamental o apoio de entidades sindicais, movimentos populares e de direitos humanos. Não podemos permitir um novo massacre como o ocorrido em Goiânia. Também em fevereiro, mas no ano passado, duas pessoas morreram e centenas ficaram feridas na destruição da ocupação Sonho Real.

DIGA NÃO À DERRUBADA DOS BARRACOS E CASAS DO PINHEIRINHO!!

SOLIDARIEDADE

Envie e-mails de apoio à luta do Pinheirinho para: valedoparaiba@conlutas.org.br



Protesto realizado por moradores no dia 27

TUCANOS EXPULSAM SEM-TETO POR TODO O ESTADO

LARISSA MORAIS, da redação

O ódio dos tucanos aos sem-teto não é exclusividade de São José dos Campos. Na capital paulista, o prefeito e presidenciável José Serra tem feito uma verdadeira "limpeza".

Além de inventar a "rampa antimendigo", Serra tem levado a sério o projeto de revitalização do centro de São Paulo, ou seja, a expulsão dos sem-teto.

Depois de ter demolido em janeiro as casas de 78 famílias no Brás, o tucano pretende agora acabar com a última ocupa-

ção do centro. As 1.630 pessoas que vivem há três anos num prédio na avenida Prestes Maia – abandonado e cheio de dívidas – já estão em alerta. A PM deve desocupar o local este mês.

O governador Geraldo Alckmin, do mesmo partido e também pré-candidato à presidên-

cia, não fica atrás. Quer colocar na rua cerca de 800 famílias que ocuparam um terreno abandonado há mais de 25 anos em Taboão da Serra. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto conseguiu prorrogar o despejo, mas as ameaças continuam.

Dirigente do MST tem prisão decretada

A decisão da justiça é mais uma tentativa de desqualificar a luta pela terra, que envolve a Justiça burguesa, governo do estado, usineiros e a conivência criminoso do governo do PT

A criminalização dos movimentos sociais fez mais uma vítima na semana passada. O coordenador estadual do MST de Pernambuco, Jaime Amorim, teve prisão preventiva decretada no dia 31.

Outros quatro sem-terra – José Bernardo de Sena, Ivaldo Martins da Silva, Severino Herculaniano da Silva e Vilma Maria Herculaniano – também foram denunciados. Apenas José Bernardo está preso. Os demais estão sendo procurados.

O grupo é acusado pelos crimes de formação de quadrilha, incitação, apologia ao crime e desobediência legal durante a ocupação da usina Estrelana, em novembro. O motivo, segundo a "Justiça", são as ações contra usineiros e latifundiários da Zona da Mata pernambucana, uma das regiões com mais conflitos agrários no estado.

Advogados do MST pediram o relaxamento da prisão e, na última sexta-feira, cerca de 300 manifestantes realizaram um ato pela revogação. Os mandados de prisão ainda serão expedidos para ser encaminhados à polícia.

PERSEGUIÇÃO

A fazenda onde está localizada a usina é reivindicada pelos sem-terra há quatro anos. Cerca de 150 famílias do assentamento Margarida Alves lutam pelos 1,8 mil hectares do engenho Perelra Grande. Em novembro de 2005, os agricultores obtiveram uma vitória judicial, mas uma liminar barrou a decisão logo em seguida, causando revolta.

Não é a primeira vez que importantes lideranças da luta pela reforma agrária são perseguidas no governo Lula. Em setembro do ano passado, por exemplo, José Rainha foi preso pela quarta vez no Pontal do Paranapanema.

A prisão de Amorim é mais uma tentativa de desqualificar a luta pela terra, que envolve a Justiça burguesa, o governo do estado, os usineiros e a conivência criminoso do governo do PT. Por isso, deve ser repudiada por todos os ativistas e entidades do país.

SENADO APROVA LEI QUE ALUGA AMAZÔNIA

LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS entrega áreas da maior floresta do mundo ao capital internacional

A chamada Lei de Gestão de Florestas Públicas foi aprovada pelo Senado em 2 de fevereiro. Cerca de 39 senadores votaram a favor do projeto que entrega florestas da Amazônia à exploração privada, e apenas 14 votaram contra. A Lei 62/05 prevê concessão de florestas para a exploração privada por até 40 anos. Só nos primeiros dez anos de vigência, o Ministério do Meio Ambiente prevê a concessão de uma área de 13 milhões de hectares de florestas públicas às empresas.

O projeto foi enviado ao Congresso em 2005 pela Presidência da República. Aprovado pela Câmara, ele recebeu algumas pequenas emendas no Senado e volta agora para os deputados. Caso seja aprovado pela Câmara com essas alterações, o Projeto de Lei vai para a sanção do presidente

Lula. Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, a ministra Marina Silva em pessoa contactou o ex-presidente Fernando Henrique durante a votação para conseguir o apoio da bancada do PSDB ao projeto.

PROTESTO

A única voz dissonante durante a votação no Senado veio do plenário. Com uma faixa escrita "Não à privatização", o geólogo e ambientalista Múcio Nobre protestava contra o projeto. "Vocês, senadores não têm o direito de aprovar isso sem debater com a sociedade brasileira", afirmava o geólogo enquanto era detido e retirado da sessão.

Para Múcio, o projeto do governo representa um verdadeiro perigo para a Amazônia. Além de dar concessão das chamadas "Florestas Nacionais", unidade de conserva-

ção devidamente demarcada e controlada pelo governo, dispõe para aluguel também terras públicas sem qualquer tipo de controle ou fiscalização. "Terras públicas envolvem muita coisa além de florestas nacionais", afirma Nobre ao *Jornal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal* (Sindsef-SP).

O geólogo também denunciava o artigo 29 do Projeto de Lei Complementar, que cria a figura da "hipoteca da floresta". Isso permitirá que uma empresa vencedora de uma concessão de exploração de florestas públicas, ao requerer um empréstimo ou financiamento em um banco, dê como garantia a própria concessão.

Além disso, as terras que serão disponibilizadas para concessão muitas vezes coincidem com áreas indígenas, como as terras indígenas

yanomami em Roraima e no Amazonas. "São terras em que vivem comunidades indígenas e que são florestas nacionais", denuncia Nobre.

DESNACIONALIZAÇÃO

Apesar de o projeto exigir que apenas empresas sediadas no país possam explorar as florestas, nada impede que tais empresas sejam controladas pelo capital internacional. "Serão imensas áreas colocadas nas mãos dos cartéis multinacionais de madeiras e mineração", denuncia o geólogo. Com o projeto, empresas estrangeiras que já atuam na área, como a Anglo Gold e a Anglo América, além das madeiras asiáticas, poderão explorar livremente as florestas públicas.

PROPAGANDA ENGANOSA

Apesar de não existir qual-

quer estudo ou planejamento sobre como serão realizadas as concessões, o governo anuncia que a nova lei vai gerar, nos primeiros dez anos, cerca de 140 mil empregos e R\$ 1,9 bilhão em impostos para a União. Para Múcio Nobre, isso não passa de propaganda enganosa para empurrar o projeto às populações regionais que sofrerão suas consequências.

Por fim, o ambientalista ressalta que não são apenas as madeiras que ameaçam a Amazônia: "Desmatamento não é provocado apenas pelas madeiras, mas também pelo avanço das plantações agrícolas, como a soja", afirma.

* Texto publicado originalmente no Portal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (sindsef-sp.org.br)



SÃO FRANCISCO

GOVERNO QUER IMPOR A TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO

DA REDAÇÃO.

Ignorando todas as críticas feitas pelos movimentos sociais e por especialistas, o governo Lula está prestes a iniciar o projeto de transposição do Rio São Francisco. Mesmo depois da greve de fome de dez dias do bispo Luiz Flavio Cappio, em outubro de 2005, encerrada após a promessa do governo de que iria discutir o projeto, nenhuma linha da proposta original foi alterada. Confirma-se assim que o governo desejava somente enrolar os movimentos sociais para novamente tentar implementar a transposição.

Para dar início as obras, o governo está aguardando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que ainda não deliberou sobre as liminares contra a implementação do projeto. Lula tem pressa em iniciar as obras, pois sua intenção é utilizá-las como peça de propaganda política nas eleições de outubro.

De acordo com a legislação eleitoral, nenhuma obra pode ser inaugurada com a presença dos candidatos à Presidência da República três meses antes das eleições. Se as obras não forem iniciadas até julho, Lula não poderá visitar o local onde estará sendo cons-

LULA TEM PRESSA em iniciar as obras, pois quer utilizá-la como peça de propaganda política nas eleições

truído o empreendimento.

Segundo o governo, a transposição do Rio São Francisco custará à União R\$ 4,5 bilhões. O projeto consiste em transportar as águas do Rio São Francisco para as regiões necessitadas, aproveitando o potencial de oferta hídrica supostamente dis-

ponível no rio. Vários especialistas, contudo, denunciavam que a obra não irá resolver os problemas do povo sertanejo e que o projeto somente vai trazer benefícios ao agronegócio. Ao longo dos canais que serão construídos para escoar as águas do rio estão instalados grandes fazendas de uva, manga, criação de camarão e outros produtos voltados para a exportação. A obra nem saiu do papel e a especulação sobre as terras já cresce vertiginosamente. Grandes latifundiários esperam valorizar suas terras em 400% com a água aberta ao agronegócio.

Além disso, discute-se o impacto ambiental que a transposição poderá causar.

É preciso lutar contra essa medida eleitoreira que visa apenas beneficiar poucos latifundiários. Para resolver de fato os problemas do sertanejo, é preciso investir em obras de recuperação do rio, instalação de cisternas, poços artesianos, barragens subterrâneas entre outras obras, além de promover uma profunda reforma agrária, sem indenização aos latifundiários. Essas medidas poderiam alcançar diretamente os milhões de nordestinos que sofrem com o problema da seca.

NEM PT, NEM PSDB-PFL!

POR UMA FRENTE DE ESQUERDA, CLASSISTA E SOCIALISTA!

ESTÁ SE IMPONDO uma conjuntura eleitoral no país, com o governo recuperando parte de seus índices de popularidade. Já se vê nas conversas das fábricas, empresas em geral, escolas, a velha polarização entre PT de um lado e PSDB-PFL de outro. Nenhuma dessas alternativas serve aos trabalhadores. Este é o debate que Opinião Socialista vem trazer

EDUARDO ALMEIDA, da redação

A grande crise política de 2005 foi como uma explosão política, com as massas trabalhadoras fazendo sua experiência concreta com o governo Lula e o PT. No entanto, naquela época já alertávamos que era imprescindível que existisse uma intervenção do movimento de massas, para que a crise não terminasse em pizza.

A Conlutas realizou o maior ato nacional contra o governo, em 17 de agos-

to, com 12 mil pessoas em Brasília, e mobilizações nas principais capitais. Foram atos maiores que as forças reunidas pelo governo, e seus braços no movimento (CUT, UNE, MST). Mas, ainda assim, foram manifestações de vanguarda. A massa de trabalhadores e jovens não saiu à rua, nem para apoiar o governo, nem para protestar contra ele. Os que se opunham, majoritários, não viam ainda uma alternativa de peso ao PT e à CUT, e se mantiveram passivos.

O resultado é que hoje está sendo costurado um acordão entre PT-PCdoB e PSDB-PFL para que tudo acabe em pizza. Poucas cassações, mandato de Lula preservado, Palocci mantido. Tudo caminha para a eleição.

Além disso, ao contrário do que previa a oposição burguesa, Lula está recompondo seu apoio eleitoral. A modesta elevação do salário mínimo para R\$ 350, a extensão do Bolsa-Família para quase 9 milhões de famílias, e o alívio da crise política pelo acordão, fez o governo voltar a crescer em termos eleitorais. Está se impondo de novo a falsa polarização PT x PSDB-PFL.

A crise política de 2005 deixou, no entanto, marcas profundas. Em muitos sentidos, não terminou. Engana-se quem pensa que 2005 passou em vão. Apesar de não terem acontecido grandes mobilizações de massas, ocorreram grandes experiências políticas. Em primei-

ro lugar, o PT nunca mais será o mesmo, ainda que se recomponha eleitoralmente e ganhe em outubro. Os setores mais avançados dos trabalhadores e jovens romperam majoritariamente com o PT, ainda que com muitas desigualdades de categoria para categoria, de região para região. Deixaram de ver no governo Lula seu governo, e no PT seu partido.

Como o ascenso não se aprofundou, a ruptura não se completou a ponto de construir uma nova alternativa de esquerda. Agora, nessa conjuntura eleitoral, os trabalhadores podem votar de novo no PT, mas já sem as expectativas de antes. Podem votar no PT, mas já não são mais petistas.

A base social real do PT hoje está cada vez mais nos setores pauperizados que dependem dos programas de compensação social, como o Bolsa-Família, e não em setores mais avançados dos trabalhadores.

WILSON DIAS / AGÊNCIA BRASIL



Delcídio Amaral e Roberto Jefferson, durante depoimento na CPI

candidatos.

A eleição de Lula em 2002 foi a materialização de um sonho reformista, de mudar o país pelas eleições, alimentado por mais de 20 anos. Para a burguesia, outra grave consequência dos acontecimentos de 2005 foi o aprofundamento da crise da democracia burguesa, com o desgaste de Lula e do PT. O regime continua tendo força suficiente para canalizar a crise pelas eleições, mas a grande esperança de mudar o país pelo voto com a eleição de Lula foi detonada. Lula pode até ganhar as próximas eleições, mas não será o condutor de um sonho, e sim alguém em quem se vota com o nariz tapado.

CRISE HISTÓRICA

Nunca, desde o processo de redemocratização do país em 1985, houve tamanha desmoralização das institui-

ções fundamentais do Estado burguês, como governo, Congresso, Justiça e os partidos tradicionais. As massas trabalhadoras passaram a ver que entre o PT e a oposição burguesa não há diferenças e enxergam a maioria dos polí-

ESSE REGIME é uma ditadura da minoria contra a maioria

ticos como ladrões. Isso representou um grande avanço na consciência dos trabalhadores. Aprofundar essa experiência ainda é uma das principais tarefas da esquerda revolucionária brasileira. É importante explicar que esse regime é uma ditadura da minoria (empresários, banqueiros e latifundiários) contra a maioria (os jovens e trabalhadores da cidade e do campo), e que só a luta direta pode mudar a vida.

Contudo, mesmo com a democracia enfraquecida, ao não surgirem lutas sociais e grandes mobilizações de massas que apontassem para uma saída por fora da democracia dos ricos, PT e PSDB/PFL estão conseguindo salvar o regime, conduzindo a insatisfação de milhões por dentro da própria democracia burguesa, pela via morta das eleições.



“MAL MENOR” É O MAIOR DOS MALES

EDUARDO ALMEIDA, da redação

Entre os ativistas discute-se o que fazer nas eleições, e estão aumentando os que acham que se deve votar no PT, “para evitar a volta da direita”. Mesmo com todos os problemas que muitos reconhecem, Lula é “operário”, um “governo de esquerda”. A reeleição de Lula seria então um mal menor, para evitar que a direita volte ao poder. Entre os ativistas das estatais, é comum ouvir que, “se a direita voltar, vai privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal etc.”.

O “mal menor”, no entanto, é o mal maior. Esta é uma das mais velhas tradições conservadoras da “política” brasileira: para evitar o surgimento de algo novo. Apresenta-se algo que poderia ser “ainda pior”, para que não se mude nada. Não pode ser que se lute por mudar o país, e se aceite um dos mais velhos chavões dos políticos corruptos e partidos dominantes brasileiros.

Em primeiro lugar, não é pela origem do presidente que se define o caráter de classe do governo, e sim pelo programa e política aplicados: a quem beneficia sua política econômica, a relação com os movimentos sociais e com o Estado burguês.

Lula é operário, mas seu governo serve ao imperialismo, aos grandes banqueiros e às multinacionais. Bush não pára de elogiar Lula, e o ajudou diretamente na sua sustentação na crise de 2005. Os lucros dos bancos bateram recordes históricos com o governo petista, superiores aos

conseguidos com FHC.

Não houve mudança real da vida dos trabalhadores. Os índices de desemprego seguem altíssimos, e só não aumentaram mais pelo crescimento cíclico da economia. Os salários continuam arrochados, e Lula só elevou um pouco mais o mínimo neste ano por causa das eleições. Mesmo assim, não existe nenhuma diferença de qualidade entre os reajustes de FHC e os de Lula.

Aos trabalhadores e jovens que estão caindo no conto de que afinal “Lula defende os pobres”, é necessário explicar que o governo aplica com o Bolsa-Família, o mesmo reatário do neoliberalismo: cortar salários e empregos por um lado, e por outro distribuir migalhas com os planos de compensação social. Assim, diminuem os custos das empresas, e o Estado tem condições de ampliar seu controle sobre setores mais pauperizados, criando uma dependência populista. Isto não é uma prática da esquerda, mas a aplicação das recomendações do Banco Mundial, que vem desde FHC.

A atitude do governo Lula perante os movimentos sociais, em um sentido, é semelhante à de todos os governos burgueses. Não atende a nenhuma das reivindicações mais importantes, nem dos sindicatos (deixando os salários arrochados), nem do MST (reforma agrária paralisada), nem do movimento estudantil (universidades públicas seguem sucateadas, e os estudantes sem passe-livre). Em outro aspecto, é bem diferente dos governos de direita, mas para pior: por sua origem,

Lula coopta os movimentos e entidades dos trabalhadores, corrompendo-as e integrando-as ao governo. Foi assim com a CUT e a UNE, está sendo assim agora com o MST.

Por último, o governo Lula está completamente integrado ao Estado burguês, defende suas instituições, como Forças Armadas, Justiça e Congresso. Além de defender, incorporou todos os vícios do Estado, como a corrupção generalizada.

O governo de Lula é da burguesia, com cara de operário. É o que chamamos de governo de Frente Popular, que a bur-

O FANTASMA DA “volta da direita” não deve assustar ninguém

guesia usa para impor a mesma política econômica, utilizando o prestígio da liderança dos trabalhadores. Assim se consegue impor o que nem os governos de direita fizeram, como a reforma da Previdência. Nesse sentido, é também um governo de “direita” e não de “esquerda”. Por esse motivo, “evitar a direita” é uma boa proposta, mas significa não apoiar nem Lula, nem Serra/Alckmin.

Aos trabalhadores das estatais temos que dizer que quem pode evitar a privatização ou não dessas empresas é a luta dos trabalhadores. Nem FHC, em oito anos, conseguiu privatizar a Petrobras, o BB e a CEF e nem Lula em seu primeiro mandato. Mas ambos privatizaram setores dessas empresas, com a terceirização de serviços. A

possibilidade de um governo futuro (seja Lula ou PSDB) vir a privatizar uma delas vai depender do grau de mobilização que tivermos. E para avançar nessa luta, é preciso também tomar a direção dos sindicatos das mãos da CUT, fortalecer a Conlutas, e construir uma alternativa de esquerda – diferente tanto de Lula como da oposição burguesa – que defenda o fim dessas terceirizações, e que as direções dessas estatais sejam eleitas pelos próprios trabalhadores.

O fantasma da “volta da direita” não deve assustar ninguém, pois significaria a mesma política econômica de Lula, assim como a mesma corrupção. Somos radicalmente contra a direita, mas não nos rendemos a essa ameaça, para evitar enfrentar o atual governo da direita, o governo Lula.

A grande guerra entre os aparatos do PT e do PSDB-PFL é para ver quem vai ocupar os cargos no Estado, e não a defesa de programas diferentes. Os grandes defensores do “mal menor”, de “evitar a volta da direita”, são os parlamentares do PT, os que ocupam cargos muito bem remunerados, que podem perder seus privilégios. Não estão defendendo os interesses dos trabalhadores, mas os deles próprios.

Nos anos 80, o MDB (o antecessor do PMDB) travou uma violenta batalha contra o voto no PT (na época um partido classista), para que se mantivesse o MDB como único pólo de oposição, e evitar “a vitória da direita”, naquele momento a ARENA.

Aceitar o “mal menor” é aceitar que não se pode mudar nada neste país. A única

forma de criar algo novo é romper com o velho. Neste caso, o velho é aceitar a falsa polarização PT x PSDB-PFL. Não se pode repetir o mesmo. Depois de toda a crise política, com toda aquela indignação, não se pode voltar atrás, e legitimar novamente esses partidos. Eles são os defensores dos banqueiros, da subordinação à Bush, da corrupção, do desemprego, do arrocho salarial. E isso não são males menores.



UMA FRENTE DE ESQUERDA PARA AS LUTAS E AS ELEIÇÕES

É necessário construir uma frente de esquerda, uma alternativa aos dois blocos políticos atuais, PT e PSDB-PFL. Chamamos o P-SOL (e sua candidata Heloísa Helena), a Consultoria Popular, o MST, o PCB, a compor essa frente para

as lutas e para as eleições.

Uma frente dessa natureza terá que adotar uma postura de apoio às lutas diretas dos trabalhadores, assim como para a ruptura com a CUT e a UNE, e a construção da Conlutas, para afirmar uma nova direção para o mo-

vimento sindical, popular e estudantil.

Uma frente de esquerda terá que assumir um programa anticapitalista, antie imperialista, de oposição clara ao governo petista e à democracia burguesa. Uma frente de esquerda deve ter um cará-

ter classista, negando qualquer aliança com partidos burgueses, como o PDT, que posa de oposição, mas está integrada a governos do PSDB, e dirige a pelega Força Sindical.

Recusar a composição desta unidade equivale a aceitar a polarização PT x PSDB, que

será incentivada por todos os meios de comunicação de massas do país. Não se pode vencer esta situação sem superar a fragmentação da esquerda. A hora é de buscar a unidade da esquerda nas lutas e nas eleições.



Correio Internacional

PUBLICAÇÃO DA LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES – QUARTA INTERNACIONAL (LIT-QI) – WWW.LITCI.ORG

VITÓRIA ELEITORAL DO HAMAS

UMA VITÓRIA CONTRA OS ACORDOS DE OSLO

O movimento islâmico Hamas obteve uma clara vitória nas eleições legislativas nos territórios palestinos: mais de 50% dos votos e 76 cadeiras, contra 30% e 43 legisladores do Al Fatah de Mahmud Abbas, presidente da Administração Nacional Palestina (ANP). Agora tem o direito de nomear um novo governo. As eleições mostraram a profunda crise do Al Fatah, por várias décadas direção indiscutível do povo palestino. É o resultado de um longo processo de abandono e traição de suas históricas bandeiras de luta (uma Palestina unificada laica, democrática e não racista), nos acordos de Oslo, em 1993. Depois, a partir da criação da ANP, sua direção passou a ser a expressão de uma burguesia palestina corrupta, que vive do manejo e da rapina dos fundos que o imperialismo e Israel enviam à ANP, e reprime seus compatriotas que querem lutar contra o Estado sionista.



Os acordos de Oslo foram a resposta imperialista para evitar a destruição do Estado de Israel, derrotado no Líbano em 1985, e incapaz de dominar a Intifada, a partir de 1987. Um governo palestino eleito, com poderes muito limitados (similar aos “bantustões” sul-africanos) assumiu a administração de Gaza e Cisjordânia. O Al Fatah reconheceu o Estado de Israel e deixou de lutar contra ele.

A ANP não tem nenhuma possibilidade de autonomia financeira: seus recursos provêm dos fundos que Israel transfere dos impostos cobrados nos territórios e de ajuda internacional dos EUA, da UE e dos governos árabes, o que explica claramente as posições pró-imperialistas do Al Fatah que, além disso, administra esses fundos com absoluta corrupção.

Ao mesmo tempo, Israel continuou a instalação de colônias judaicas nos territórios palestinos, apropriou-se das melhores terras e fontes de água da Cisjordânia, isolou a zona árabe de Jerusalém e as populações palestinas da Cisjordânia. Essa situação se agravou com a “separação unilateral” e a construção do famoso “muro”, durante o governo israelense de Sharon-Olmert. Nessas condições, qualquer Estado palestino, mesmo “independente”, torna-se inviável geográfica e economicamente, e as condições de vida de seu povo pioram a cada dia: um terço vive na miséria, 50% está desempregado e não havia nenhuma perspectiva de que as coisas melhorassem com o Al Fatah.

O HAMAS

A vitória do Hamas expressou um

massivo “voto castigo” à traição e à corrupção do Al Fatah. As massas escolheram a “opção mais radicalizada” e o Hamas venceu, inclusive em lugares onde quase não tem inserção. Contribuiu para essa vitória o repúdio aos acordos de Oslo e sua proposta programática de destruir o Estado de Israel e recuperar a “pátria palestina”. Na verdade, houve um apoio a todos os que aparecem como “combatentes contra Israel”: também foram eleitos deputados membros do Al Fatah que estão presos nas prisões israelenses acusados de “terroristas”, como Maruán Barguti.

Fundado em 1987, durante a Primeira Intifada, o Hamas foi alentado pelo clero iraniano, a monarquia saudita e, até, contou com a bênção do então primeiro-ministro israelense Itzak Shamir, para contrapor o peso das organizações laicas e marxistas palestinas. Depois, foi ganhando peso de massas, especialmente em Gaza. Paralelamente, radicalizou suas posições e começou a ser duramente atacado por Israel e passou a ser uma referência para milhares de lutadores palestinos.

É uma corrente com uma direção burguesa e ideologia teocrática: um de seus principais pontos programáticos é estabelecer um Estado islâmico em toda a Palestina. Uma proposta que a LIT-QI considera totalmente equivocada porque divide os palestinos entre aqueles que têm fé muçulmana e quem não têm, em vez de uni-los na luta contra o sionismo. Consideramos que tanto por seu caráter burguês como por sua ideologia, não se pode ter nenhuma confiança de que sua direção seja conseqüente

na luta contra o imperialismo e o sionismo. Por exemplo, aceitaram a trégua imposta pelo governo do Al Fatah e Israel.

A POLÍTICA DO IMPERIALISMO E ISRAEL

A vitória do Hamas representa um duro golpe na continuidade da política dos acordos de Oslo, impulsionada pelo imperialismo e por Israel. Tira de cena o protagonista palestino preferido (Al Fatah) e coloca um inesperado (Hamas) que não reconhece Israel e, ainda por cima, é qualificado como “terrorista”.

Esse golpe se dá quando a situação da Palestina e a doença de Ariel Sharon geraram uma crise política em Israel, pouco antes de suas próprias eleições. Se se soma a isso o curso da guerra no Iraque e o aumento das tensões com o Irã, todos os pilares da política imperialista na região são questionados, com graves problemas.

A política imperialista é pressionar o Hamas com a ameaça de cortar a ajuda financeira que mantém a ANP se seu futuro governo não reconhecer o Estado de Israel e não renunciar à luta armada contra ele. Em outras palavras, se o Hamas não abandonar seu programa. Assim se demonstra o que a “democracia” nos países dominados significa para o imperialismo e Israel: “só respeito os resultados se elegem quem eu quero”. Nesse sentido, reivindicamos o direito do Hamas de formar seu próprio governo, sem nenhum tipo de pressão.

Até agora, a resposta do Hamas foi propor a abertura das negociações com o governo israelense, ampliando de modo indefinido a trégua com Israel

acordada pelo Al Fatah, mas sem abandonar formalmente seu programa. Mas o imperialismo e Israel exigem a capitulação completa, buscando assim repetir, ainda que em um prazo de tempo muito mais curto, o que ocorreu com o Al Fatah. Até quando poderão manter essa pressão sem arriscar uma nova explosão palestina? A aposta do Hamas é que, diante dessa possibilidade, o imperialismo e Israel terminem aceitando a negociação.

A direção do Hamas fica, assim, submetida à pressão do imperialismo e dos sionistas, por um lado, e a do povo palestino que votou nele, por outro. Que fará nessas condições? Ainda não temos a resposta, mas alertamos novamente que, por seu caráter burguês e a capitulação parcial que já aceita, não depositamos nenhuma confiança de que seja conseqüente com a luta palestina. Dirigentes do Hamas até já disseram que “os EUA não são o inimigo”.

A ÚNICA GARANTIA: CONTINUAR A LUTA

Só confiamos plenamente no heróico povo palestino e em sua luta que, seguramente, será fortalecida pela vitória eleitoral contra os traidores e entreguistas. Essa luta será a única capaz de destruir o Estado gendarme e racista de Israel e conquistar as históricas bandeiras da OLP: uma Palestina laica, democrática e não racista e o direito de retorno de todos os emigrados. A LIT-QI dá todo o seu apoio a esse combate.

Secretariado Internacional da LIT-QI
São Paulo, fevereiro de 2006

AL FATAH

DA LUTA À TRAIÇÃO

Yasser Arafat fundou a organização político-militar Al Fatah em 1967. Seu programa era muito progressivo: *“lutar por uma Palestina laica, democrática e não racista, onde pudessem conviver em paz árabes e judeus, e o direito de retorno aos milhões de emigrados palestinos, expulsos de suas terras pelos sionistas”*. Para isso, era necessário destruir o Estado gendarme e racista de Israel, principal obstáculo para a paz na região.

Arafat conseguiu transformar o problema palestino em um eixo da discussão política mundial e, ao mesmo tempo, deu um sentimento de unidade a seu povo. Assim se transformou em seu dirigente indiscutível e o Al Fatah passou a ser a corrente palestina majoritária. Nesse processo, criou-se a OLP (Organização para a Libertação da Palestina), definida como “um verdadeiro Estado nacional sem território”, com a participação da maioria das organizações palestinas.

Depois de serem expulsos do Líbano pelo exército israelense, em 1982, e radicar-se em Túnez, porém, Arafat e a cúpula do Al Fatah começaram um profundo processo de transformação:

deixaram de ser uma direção que, ainda que burguesa e burocrática, encabeçava o combate pelos direitos palestinos para buscar uma solução pela “via diplomática”. Foram aceitando as exigências do imperialismo e se afastaram cada vez mais da luta de seu povo, como se viu na primeira Intifada, em 1987. O processo culminou com a assinatura dos “acordos de Oslo”, em 1993: Arafat e o Al Fatah traíram suas históricas bandeiras de luta.

GOVERNANTES SERVIS

A criação da ANP foi recebida com euforia pelo povo palestino, porque acreditou, como dizia seu dirigente histórico, que era um passo para um autêntico Estado independente. Arafat foi eleito presidente com 80% dos votos.

A mentira tem pernas curtas e logo ficou claro o significado real da ANP. A “polícia palestina” do Al Fatah atuava como uma força servil, reprimindo os que queriam continuar a luta contra Israel. A direção do Al Fatah transformou-se na expressão de uma corrupta burguesia palestina pró-imperialista que vive de administrar e parasitar o



Protestos contra o muro erguido por Israel

orçamento da ANP, cujos fundos são entregues pelos EUA, UE, governos árabes e de Israel. A superpovoada Faixa de Gaza transformou-se no “maior campo de concentração da história” e as populações agrícolas da Cisjordânia têm cada vez menos terra e água, porque Israel se apropria delas. Contra essa situação explodiu, em 2000, a Segunda Intifada.

O morte de Arafat, com fortes suspeitas de assassinato, acelerou o processo: o Al Fatah e o governo palestino passaram a ser totalmente controlados

pela ala mais pró-imperialista (Mahmud Abbas). Vejamos um exemplo desses dirigentes: o milionário A. Korei (primeiro-ministro renunciante) é dono de uma empresa de cimento que vendeu grandes quantidades do produto ao Estado sionista para ajudar na construção do “muro da vergonha”. Inclusive depois de sua derrota, Abbas, fazendo coro com o imperialismo e Israel, diz que não entrega ao governo ao Hamas “se antes não abandonar sua proposta de destruir Israel”. Esta traição é a que o povo palestino acaba de derrotar.

ORIENTE MÉDIO

CRISE DA POLÍTICA IMPERIALISTA

A vitória eleitoral do Hamas mostrou a crise de todos os pilares da política imperialista no Oriente Médio: se esfacela a *pax romana* na Palestina, a ocupação do Iraque está num pântano e as ameaças contra o governo iraniano não parecem, pelo menos por enquanto, ter condições de concretizar-se. Todos esses fatos expressam o que a LIT-QI chamou de “situação revolucionária mundial” e, especialmente, um grande ascenso antiimperialista das massas árabes.

A desculpa contra o Irã é que esse país está fabricando bombas atômicas. No entanto, até agora, o Irã só desenvolveu tecnologia para gerar energia atômica (similar à que têm, há décadas, alguns países como Brasil e Argentina). Apoiando-se na ONU, o imperialismo exige poder inspecionar o país, e o governo iraniano não aceita essa intromissão. Nesse sentido, o jogo imperialista se parece com as famosas “armas de destruição em massa” que serviram de desculpa para a invasão do Iraque.

HIPOCRISIA IMPERIALISTA

Para nós, é totalmente secundário se o Irã já tem ou vai fabricar a bomba atômica. A suposta intenção imperialista de evitar a “proliferação de armas nucleares” é totalmente hipócrita. Os países imperialistas, Rússia e China possuem a imensa maioria dessas armas e não têm nenhuma intenção de

desarmar-se. Vale lembrar também que até agora os EUA foram o único país que usou essas armas em ataques contra populações (Hiroshima e Nagasaki, em 1948). Como uma mostra dessa hipocrisia, enquanto ameaçam o Irã, esses países e a ONU fazem vista grossa às bombas atômicas de Israel, país que, ao não ter assinado o Tratado de Não Proliferação Nuclear, se reserva o direito de usar essas armas contra um “país não nuclear”. Nesse contexto, defendemos o direito do Irã de desenvolver sua tecnologia nuclear e, inclusive, de fabricar armas

nucleares para defender-se de um ataque imperialista ou israelense.

Ao mesmo tempo, se desmascara também o verdadeiro rosto do imperialismo europeu. Longe da imagem “democrática” que nos querem vender, países como a França e a Alemanha, que não estiveram de acordo com a invasão do Iraque, agora concordam com a ocupação militar desse país. Na atual situação com o Irã, o presidente francês Jacques Chirac passou à frente e ameaçou esse país com um possível ataque de armas nucleares. E esses hipócritas nos querem falar de paz!



Passeata militar do Hamas: trocar a luta pelos acordos?

AS VERDADEIRAS RAZÕES

Na verdade, as razões de fundo das ameaças são outras: o Irã é um dos poucos países relativamente independentes do imperialismo que sobra no mundo, como resultado da revolução que em 1979 derrubou o Xá Pahlevi, agente incondicional do imperialismo. Essa revolução foi logo abortada e derrotada pelos ayatolás, que instalaram um reacionário e repressivo regime de ideologia religiosa. Nós, revolucionários, repudiamos esse regime e apoiamos todas as lutas do povo iraniano para derrubá-lo e para democratizar o país.

Como já dissemos, porém, o país manteve sua relativa independência e o projeto de Bush, a partir do 11 de setembro de 2001, foi destruir esses regimes que, apesar de corruptos e repressivos, não o obedeciam cegamente. No caso do Irã, é uma velha conta a cobrar desde 1979.

Este ano, fracassada a tentativa de mudar as coisas pela via eleitoral (o candidato do imperialismo foi derrotado) recrudesceram as ameaças. O que está em jogo não é a luta entre “democracia” e repressão. Trata-se de um ataque dos países imperialistas a um país muito mais fraco que defende sua independência. Sem depositar nenhuma confiança no regime dos ayatolás, nós, revolucionários, apoiamos claramente o Irã e seu povo neste enfrentamento contra os EUA, os países imperialistas europeus e Israel.

A POLÍTICA DOS “DOIS ESTADOS” É VIÁVEL?

ALEJANDRO ITURBE, da LIT-QI

Muitos dos que apóiam o povo palestino e repudiam os crimes israelenses também se opõem à necessidade de “destruir o Estado de Israel”. Afirmam que, como na Palestina há dois povos diferentes (palestinos e judeus), devem existir dois Estados independentes. A LIT-QI opõe-se a essa proposta. Afirmamos que a única solução é a velha bandeira da OLP (a criação de uma única Palestina laica, democrática e não racista, onde convivam em paz árabes e judeus). Para isso, é preciso destruir o Estado de Israel, principal causa do conflito.

Quem defende os “dois Estados”, parte de três erros: a) a existência histórica de “dois povos” com direitos históricos equivalentes; b) não leva em conta a verdadeira essência do Estado de Israel (um enclave militar imperialista de caráter racista contra os povos árabes), e c) a total inviabilidade de um Estado palestino “independente” nas atuais condições.

DOIS POVOS?

É uma grande falsificação histórica a existência de dois povos “com direitos equivalentes” na Palestina. Em 1918, três em cada quatro habitantes eram árabes. Os judeus tinham apenas 5,5% das terras e não aspiravam a nenhum Estado próprio. A convivência de séculos era absolutamente pacífica.

Foi o sionismo, corrente judaica européia fundada por Teodoro Hertz, no fim do século XIX, que começou a reivindicar o suposto direito bíblico dos judeus sobre a Palestina, para fundar a “pátria nacional de Israel”, sem se importar com o fato de que ali havia um povo árabe radicado havia séculos. Apoiado por ricas famílias judias européias e setores imperialistas, o sionismo alentou a emigração de judeus para a Palestina, financiou a compra de terras e criou grupos armados de “pressão”. Em 1947, os judeus eram 40% da população.

A CRIAÇÃO DE ISRAEL

A ONU, com a teoria dos “dois povos”, criou o Estado de Israel em 1947 e lhe entregou 55% da Palestina, com o apoio do imperialismo, a concordância do stalinismo, e legalizou a usurpação dos direitos palestinos. Com a suposta intenção de dar um lugar aos sofridos refugiados judeus da II Guerra, criou-se um enclave imperialista contra a nascente onda revolucionária antiimperialista árabe,

em meio a uma região estratégica por suas reservas petrolíferas. Em 1948, as organizações armadas sionistas invadiram parte do território outorgado aos palestinos e se apropriaram de mais 20%. Na aldeia de Der Yasin, por exemplo, assassinaram 254 de seus 700 habitantes. Mais de 800 mil palestinos (um terço da população) foram expulsos, dando origem ao drama dos refugiados. Os palestinos ficaram reduzidos a Jerusalém Oriental, Gaza e Cisjordânia, territórios que seriam ocupados diretamente por Israel em 1967. Defender o direito à existência do Estado israelense significa, de fato, aceitar essa história de “usurpação armada”.

UM ESTADO RACISTA

O racismo sionista manifesta-se claramente nas leis que definem Israel como um “Estado judeu”. A “lei do retorno” estabelece que todo judeu que viva em Israel tem direito à cidadania, mesmo que tenha nascido em qualquer parte do mundo. Com essa lei, milhões de judeus conseguiram a cidadania. Os não judeus não têm esse direito, mesmo que tenham nascido em território israelense, como ocorre com muitos palestinos. Toda corrente que proponha mudar esse caráter do Estado de Israel fica proibida de concorrer nas eleições. A legislação racista completa-se com a lei da propriedade das terras agrárias: os não judeus são proibidos de comprar terras, justamente para impedir que os árabes tenham terras em Israel. É uma legislação similar à do *apartheid* sul-africano ou à da Alemanha nazista. Aceitar a existência do Estado sionista significa, então, aceitar sua essência racista.

UM ESTADO GENDARME

Israel é a quinta potência militar mundial. Seu poder de fogo (aviões de combate, mísseis, helicópteros, tanques e mais de 200 ogivas nucleares) é muito maior que o de qualquer país, incluindo os EUA, considerado *per capita*. Além disso, é um dos maiores fabricantes de armas e um dos principais exportadores. Esse poderio militar é claramente financiado pelos EUA (envia bilhões de dólares anuais para isso) e os países da UE que compram 80% de suas exportações de armas.

Um velho argumento diz que Israel teve de armar-se porque vive rodeado de “países árabes inimigos”. A desculpa hoje é indefensável: desde 1973 ne-



nhum país árabe ataca Israel, mas este se arma cada vez mais. Na verdade, esse poder militar está direcionado, em primeiro lugar, contra o povo palestino e, em segundo lugar, é uma ameaça constante contra a luta dos povos árabes, como mostrou a invasão do Líbano em 1982, ou os ataques com mísseis contra o Iraque, em 1991. Israel é basicamente uma “fortaleza armada do imperialismo”.

QUE ESTADO PALESTINO?

Israel possui 78% do território e, com a “separação unilateral”, tenta ficar com 85%. Nessas condições, um “Estado palestino independente” é totalmente inviável: formado por “ilhas” sem comunicação entre si e sem base econômica, porque Israel se apropriou das melhores terras e dos rios da Cisjordânia. De fato, se negaria o direito de retorno aos emigrados palestinos, já que suas terras foram apropriadas por Israel e não existe nenhuma possibilidade real de que se viva em Gaza e Cisjordânia. “As fronteiras de 1967” pouco mudariam essa situação.

A divisão de 1947, sancionada pela ONU, também não seria uma solução. Deixemos de lado, por um momento, o fato de que isso legaliza a usurpação sionista. No conjunto da Palestina vivem hoje 9,5 milhões de pessoas: 53% judeus e 47% árabes. Se somarmos os emigrados palestinos, chegamos a 5 milhões de judeus e 8,5 milhões de árabes. Os sionistas aceitariam uma divisão proporcional do território e das terras produtivas? A realidade mostra que sua resposta

seria uma total negativa. Ou seja, qualquer alternativa relativamente racional de “dois Estados” requer uma grande derrota de Israel. Mas se não for destruída a essência racista e de enclave militar imperialista do Estado sionista, assim que tenha condições, voltará a tentar recuperar o que perdeu, e o conflito renascerá.



Abu-Mazen, primeiro-ministro palestino

A política dos “dois Estados” aparece, então, como uma variante “de esquerda” das propostas das potências imperialistas. Da mesma forma que deveria destruir o “Estado do *apartheid*” para que houvesse paz na África do Sul, ou liquidar o Estado nazista na Europa, durante a II Guerra Mundial, não há outro remédio: sem destruir o Estado de Israel não haverá paz no Oriente Médio. Pode existir uma Palestina laica, democrática e não racista, onde convivam em paz árabes e judeus? A experiência histórica mostra que, derrotando o sionismo, essa é a única alternativa possível.



Teodoro Hertz

UM DESESPERADO GRITO POR LIBERDADE

FILME PALESTINO
traça um comovente perfil de jovens que se voluntariam como homens-bomba

WILSON H. DA SILVA, da redação

Produzido por Palestina, Holanda, Alemanha e França, *Paradise Now* (Paraíso Agora), dirigido por Hany Abu-Assad, é de uma beleza rara. Não só pela forma como seu difícil tema é abordado, mas também pela formidável maneira como foi realizado.

Nele, acompanhamos as 48 horas que antecedem o atentado suicida que será feito por dois jovens palestinos, Said (Kais Nashif) e Khaled (Ali Suliman). Um incidente na entrada de Israel faz com que os dois – que tinham como única pré-condição morrerem juntos – se separem, desencadeando situações que acirram a tensão do filme e servem para expor toda a complexidade que envolve a opção que fizeram.

Uma opção que, ao contrário do que se podia esperar, não é mostrada como exemplo de um fanatismo doentio. Khaled e Said são cheios de vida e sonhadores. Mas, acima de tudo, são palestinos vivendo numa terra miserável, ocupada pelo Estado sionista de Israel.

Gente sem opções e que teve seu futuro roubado pelos invasores. Gente para quem o auto-sacrifício é visto como um caminho não só para o “paraíso” prometido àqueles que se matam em combate, mas também como forma de resistência ao “inferno” em que são obrigados a sobreviver.

BARREIRAS QUE SEPARAM DOIS MUNDOS

A falta de opções do povo enclausurado nos territórios palestinos é mostrada no filme por meio de barreiras que surgem desde a primeira cena. São barreiras que, literal e metaforicamente, tornam os caminhos mais difíceis, as opções mais limitadas e a busca por “saídas” um ato de desespero.

Nablus, onde a ação se

passa, é uma cidade sitiada. Localizada na Cisjordânia, a cidade é cercada por todos os lados, tem índice de desemprego próximo aos 80%, economia devastada e péssimas condições de moradia e de vida.

O controle exercido por Israel só não é menor do que a violência de suas tropas. Somente no período de eclosão da Segunda Intifada, em setembro de 2000, cerca de 400 palestinos, incluindo vários jovens e crianças, foram mortos pelas tropas sionistas.



Uma situação que, no filme, é representada de várias formas: as constantes citações à água poluída, a crônica falta de trabalho e os bombardeios que sacodem a cidade são exemplos disso. Contudo, o melhor retrato de Nablus é dado por seu “oposto”, a cidade de Tel Aviv, para onde Said e Khaled partem para realizar sua ação.

O contraste é gigantesco. Pelos olhares incrédulos dos jovens palestinos, vemos uma cidade “moderna”, mergulhada em símbolos de consumo e opulência, habitada por gente saudável, vivendo numa despreocupada alegria e conforto.

Construída e mantida à custa do sofrimento dos palestinos, é contra esta Israel que Said e Khaled decidem sacrificar suas vidas. Como Said define, é a “ocupação que define a resistência”. É a ocupação que os coloca diante de “alternativas” tão difíceis: conviver ou colaborar com os invasores (o “pior dos crimes”, como definem), mor-

rer sob a ocupação ou morrer lutando.

QUANDO OS CORPOS SÃO AS ÚNICAS ARMAS

Como lembra Said, o próprio corpo é a única coisa que resta para expressar sua indignação e buscar a liberdade. Opção que, não por acaso, remete a uma declaração dada por Ahmed Ben Bella, dirigente da luta argelina contra a ocupação francesa, nas décadas de 50 e 60. Uma vez questionado sobre o porquê das cestas de frutas carregadas com bombas enviadas contra soldados franceses, Bella foi enfático, afirmando que, se caso a Resistência tivesse os aviões *Mirage* e as bombas incendiárias da França, não usariam cestas.

Mais do que a promessa dos prazeres que os aguardam no paraíso, o que move esses jovens é um sentimento contraditório: eles se preparam para a morte com uma “resignada indignação”. Algo que o filme nos mostra com uma suavidade que ressalta a humanidade dessas figuras, que, para muitos, são “monstros”. Assim, o ritual de preparação para o atentado é impressionante e cerca cada um de seus (últimos) atos com respeito e dignidade.

Nesse processo, entre as várias metáforas existentes, uma é particularmente curiosa: as referências ao cristianismo. Há duas passagens que são reproduções literais de passagens bíblicas. A última refeição de Khaled e Said é representada como uma cópia de “A Última Ceia”, de Leonardo da Vinci, com 13 personagens em torno da mesa. Já o momento em que os dois se preparam para atravessar a cerca que os separa do território israelense faz referência à passagem em que o Cristo bíblico questiona seu próprio destino no Monte das Oliveiras.

As referências, evidentemente, têm um propósito. Giente de sua sina, o ato de Cristo é um auto-sacrifício praticado em nome de uma determinada causa, quanto o é a opção de Khaled e Said. A diferença é que a “opção” do personagem bíblico é tida como



exemplar. Já a dos jovens palestinos é vista como um ato de barbárie e fanatismo.

Uma visão que, no filme, é, de certa forma, compartilhada por um de seus personagens mais complexos, a jovem Suha (Lubna Azabal), uma palestina, filha de um “homem-bomba”, que retorna a Nablus depois de anos na Europa. Vinculado a uma visão “pacifista” de mudança, Suha vê-se diante de uma situação que foge à sua compreensão, tornando-se uma personagem fundamental no filme, já que ela serve como uma espécie de “espelho” para

muita gente que, na platéia do cinema, olha para tudo aquilo com um olhar “externo”.

POLÍTICO E REFLEXIVO


Paradise Now vincula-se a uma longa linhagem de filmes que, na sua forma e conteúdo, se constituem em potentes discursos políticos e já foi levado às telas por gente como Sergei Eisenstein, Costa-Gravas e Gillo Pontecorvo.

O cinema hollywoodiano e suas crias são invariavelmente construídos de tal forma a seduzir o espectador e conduzi-lo às conclusões e sensações esperadas pelo diretor. Para tal, vale tudo: personagens estereotipados, música constante para reforçar o “clima”, edição frenética das cenas e uns tantos outros artifícios.

O filme de Abu-Assad é o oposto disso tudo. Seus personagens têm contradições e dúvidas, sua câmera os acompanha sem truques ou efeitos especiais, a música é mínima e particularmente dois detalhes chamam a atenção: o silêncio e os olhares. São vários os momentos em que a câmera se detém sobre os personagens no mais absoluto silêncio como nos convidando a “entrar” em suas mentes, acompanhar seu raciocínio.

Talvez essa seja a maior fonte da beleza do filme. Aos sairmos do cinema, há muito sobre o que pensar. Abu-Assad não julga, muito menos condena seus personagens. Pelo contrário. O filme constata e expõe uma realidade. Duríssima, mas compreensível.

Exemplares de milhares de outros jovens que deram suas vidas nas ruas da Palestina ou em ações em Israel, Said e Khaled são as verdadeiras vítimas de uma história de violência praticada pelo Estado de Israel. Vítimas que, contudo, optaram por não se entregar ao martírio sem dar seu último grito por liberdade.

 **WWW.PSTU.ORG.BR**

Política, homossexualidade e racismo invadem o Oscar

“Apenas um beijo”, o Romeu e Julieta de Ken Loach

“Cidade Baixa”: dialética da baianidade

REUNIÃO NACIONAL DEFINE OS PRÓXIMOS PASSOS DA CONLUTAS

ENTIDADES DISCUTEM a dinâmica do Congresso Nacional dos Trabalhadores



DA REDAÇÃO

No dia 2 de fevereiro, a Coordenação Nacional da Conlutas reuniu-se novamente em Brasília para definir as próximas ações da Coordenação, assim como avançar nos preparativos do Congresso Nacional dos Trabalhadores, o Conat. Cerca de 17 entidades, entre sindicatos, oposições e representações da Conlutas do Rio, São Paulo e Sergipe, além da Conlute, marcaram presença.

CONTRA DÍVIDAS E PELA VALORIZAÇÃO DO MÍNIMO

A reunião reafirmou o principal eixo da Conlutas para o próximo período: uma campanha nacional contra o pagamento das dívidas externa e interna. Integrada com a luta contra a OMC, a política neoliberal imposta pelo FMI e a militarização da América Latina, tal campanha será impulsionada na base das categorias que compõem a

Conlutas, associada a cada reivindicação específica.

A Campanha contra a dívida será desenvolvida em conjunto com a Campanha Contra o Pagamento das Dívidas e em defesa da Auditoria Cidadã, conduzida pelo Jubileu Sul. A Conlutas fará um folheto didático e explicativo a fim de desenvolver essa campanha entre os trabalhadores, estudantes e na base dos movimentos sociais.

Da mesma forma, a Coordenação Nacional de Lutas impulsionará uma campanha pela verdadeira valorização do salário mínimo, em detrimento do salário de fome imposto pelo governo Lula e pela CUT. O Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU) desenvolveu uma cartilha explicando a necessidade e a possibilidade da elevação do salário mínimo, contra-atacando argumentos falaciosos de que é impossível um mínimo maior. A entidade fez uma primeira impressão da cartilha (ao custo de R\$ 1,00 cada) e a Conlutas vai agora consultar cada entidade para

avaliar a tiragem do material.

ANULAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Dando seqüência a uma das principais campanhas levantadas pela Conlutas, a anulação das reformas neoliberais aprovadas pelo mensalão no governo Lula, a Coordenação dará entrada na próxima semana, junto à Procuradoria Geral da República, a um pedido pela anulação da reforma da Previdência.

O pedido feito pela Conlutas em 2005 foi arquivado sob o pretexto de falta de provas. Agora, com a cassação do deputado José Dirceu e outras cassações que possivelmente ocorrerão, o próprio Congresso admite a existência do mensalão, con-

ferindo provas mais do que consistentes para o pedido. Não tendo qualquer ilusão no Estado para investigar a si próprio, a Conlutas lançará uma forte mobilização pela anulação das reformas ainda em fevereiro.

DINÂMICA DO CONAT

Com os 500 mil jornais de convocação sendo distribuídos em todo país, a reunião em Brasília ainda definiu uma proposta de dinâmica para o Conat, que ocorre nos dias 5, 6 e 7 de maio em Sumaré (SP). De acordo com a proposta, o início do congresso ocorre na sexta-feira, dia 5, de manhã, com uma solenidade de abertura e as falas de entidades, movimentos e partidos convidados. À aprovação do regimento interno do Conat seguirá um painel sobre conjuntura, com a possibilidade da presença do intelectual norteamericano James Petras entre os debatedores.

À tarde, os participantes se divide em grupos para debater conjuntura e, após os grupos, será realizada uma Plenária sobre a importância da atua-

ção conjunta dos movimentos sociais, sindicatos, movimentos populares e estudantis.

Já no segundo dia, a manhã começa com um painel curto sobre a organização da Conlutas, seguido de grupos de discussão sobre a concepção e o programa da Coordenação. A tarde do dia 6 será dedicada ao debate em grupos sobre o funcionamento e os estatutos e, à noite, será reservada às plenárias específicas sobre opressão.

O dia 7, último dia do congresso, se iniciará com uma plenária geral sobre conjuntura, seguida de plenária sobre concepção, programa, estatutos e funcionamento da nova entidade a ser fundada. À tarde, se dará continuidade à plenária, e ocorrerá o encerramento do evento que deverá marcar a história das lutas dos trabalhadores no país.

No próximo dia 14 de março, a Coordenação Nacional reúne-se novamente, desta vez em São Paulo, para detalhar a estrutura e a dinâmica do Conat. Todas as contribuições ao debate podem ser conferidas no site da Conlutas.

COM CASSAÇÃO de José Dirceu, Conlutas pedirá novamente a anulação da reforma da Previdência

ENCONTRO CONSOLIDA CONLUTAS EM SERGIPE

DA REDAÇÃO*

Nos dias 28 e 29 de janeiro foi realizado, em Aracaju, o I Encontro Estadual da Conlutas de Sergipe, reunindo cerca de 92 pessoas. Compareceram seis sindicatos: Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe, Sindicato dos Cimenteiros, dos Trabalhadores no Sesc, Senai e Senac, o Sindicato dos Trabalhadores dos Cefet/SE e dos Auditores Fiscais do Trabalho no estado.

Além disso, marcaram presença também as Oposições Sindicais do Sindicato dos Previdenciários, do Sindicato dos Servidores Federais, do Sindicato dos Trabalhadores do Fisco, do Sindicato dos Trabalhadores da Federal de Sergipe e do

Sindicato dos Trabalhadores da Saúde. O encontro também teve a presença de representantes de movimentos sociais e de luta contra o racismo, além da juventude do PCB e de uma delegação de servidores de Alagoas (BA).

FORTALECER AS OPOSIÇÕES

O Encontro deliberou os eixos políticos que nortearão a ação da Conlutas no estado, como a luta contra o pagamento da dívida, contra a Alca e o imperialismo, pela anulação da reforma da Previdência e pela valorização do salário mínimo. Além disso, foi aprovado também um plano de ações para o próximo período, com ênfase no fortalecimento das oposições onde a Conlutas tem trabalho e sua construção nas demais categorias.



Valério Arcary participa da mesa do Encontro

CONAT

As entidades presentes traçaram um plano financeiro para garantir a participação dos delegados no Conat em São Paulo, incluindo a realização de uma rifa para arrecadar recursos. Além disso, dando organicidade à Conlutas no estado, o encontro elegeu uma coordenação e deliberou o funcionamento da Coordenação por meio da realização de reuniões quinzenais. A próxima reunião ocorre no dia 14 de fevereiro. Além disso, a Conlutas Sergipe terá uma plenária mensal, sendo a primeira no próximo dia 8 ou 29 de abril.

* colaborou Nericilda Rocha